

O Estado no capitalismo contemporâneo: uma composição teórica

Filipe Possa FERREIRA¹

Resumo

O Estado no capitalismo é um agente que necessariamente reflete as contradições e conflitos que emanam da sociedade. Ele é representado através das frações de poder político que advêm do resultado histórico das lutas de classe e da lógica dominante na ordem social capitalista. Através de um resgate histórico documental, se percebe como a dinâmica das lutas revolucionárias da burguesia a partir da acumulação primitiva iam de encontro necessariamente à tomada do aparato estatal e de sua prerrogativa de legitimar a ordem social dominante. No sentido da materialidade do Estado, tal qual Poulantzas (1978) teorizou, o Estado passa a corresponder através de seus aparatos e vozes a ideologia da ordem dominante, passando a ser um agente que amplia e legitima os espaços para a reprodução e acumulação de capital. Nesse contexto teórico histórico, o trabalho tem como objetivo principal apreender a dinâmica estatal no capitalismo contemporâneo de ordem financeira, a partir do fenômeno da financeirização e da dialética entre Estado e capital, característica chave nas teorias do Estado dentro da tradição marxista. Além de refletir sobre as dificuldades do aparato estatal e de sua rigidez em responder os desafios impostos pela globalização financeira e as crises contemporâneas.

Palavras-chave: Estado; Capitalismo; Financeirização; Marxismo; Economia Política

Abstract

The State on capitalism is an agent that necessarily reflects contradictions and conflicts from society. It represents the different political power fractions resulting from the historical classes struggle and from the dominant logic of capitalist social order. Through a historical and documental research, this piece of work realizes how the dynamics of revolutionaries struggles of the bourgeoisie, from primitive accumulation, was towards the domination of State. In the sense of State materiality, as Poulantzas (1978) theory, it replies the dominant ideology considering its voices and tools, in which this agent amplifies and legitimize the reproduction and accumulation capital spaces. In the historical context, this work aims to comprehend the State dynamic on contemporary capitalism of financial order, from financialization phenomenon perspective; and from the dialectic relationship between State and capital, within Marxist tradition. Then, it aims to reflect over the difficulties from the State to respond to financial globalization and contemporary crisis on global capitalism.

Key-words: State; Capitalism; Financialization; Marxism; Political Economy.

¹ Mestre em Economia Internacional e Regulação, pela Université Paris-13 (França); Doutorando em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas; Professor do Departamento de Economia do Centro Universitário FMU; Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Economia Política da FMU (NEP/FMU); contato: filipe.possa@gmail.com

Introdução

“*O Estado nem sempre existiu*” (MANDEL, 1977 p.9), ele foi construído a partir das relações sociais conflituosas que exigiram e exigem uma legitimação aparente que organiza, regula, policia e reproduz a lógica dominante da sociedade. Se nos primórdios da organização social a coerção estatal era em sua maioria a partir do monopólio da violência e da força física, na sociedade contemporânea a coerção estatal passa a refletir um conjunto mais complexo de conflitos que abarca as contradições e lutas entre classes na apropriação do espaço e na geração do valor. O Estado, desde que foi tomando uma forma institucional politicamente poderosa, passou a ser objeto de desejo político por diversos grupos e classes. A partir das lutas revolucionárias da burguesia contra o Estado absolutista e a feudalidade é que o Estado capitalista passou a se formar e refletir a ordem social dominante. Na tradição marxista é marcada a visão de Estado como um aparelho de coerção da classe dominante, desde da famigerada e desgastada frase de Engels e Marx (1999): “*O Estado é o comitê executivo da burguesia*”, até as mais profundas teorias estatais a cerca da relação intrínseca e contraditória entre Estado e capital. Nesse sentido, o trabalho busca ampliar a visão simplista presente no Manifesto do Partido Comunista, além de refletir sobre o Estado no capitalismo contemporâneo de ordem financeira.

Desde as lutas empreendidas pela classe burguesa na busca da formação e estabelecimento da sociedade capitalista, até sua completa dominação, o Estado é elemento chave para o sucesso de classe. Dessa forma, o trabalho busca refletir sobre a instituição Estado a partir de sua relação com a ordem social dominante e suas lutas no seio do modo de produção capitalista. Se há no capitalismo uma dinâmica inerentemente instável, o Estado sem dúvida passa a ser um agente que busca, por estar alinhado e subordinado essencialmente a ele, manter a ordem e assegurar os espaços de reprodução e acumulação do capital. O corpo político e os aparatos estatais são vistos como braços concretos dessa relação, que demonstra sua essência ainda mais relacional em períodos de grandes crises políticas e econômicas. Para tanto, por exemplo, a crise financeira de 2008 e da Europa de 2010 são eventos que escancararam a forma como os Estados estão a serviço de uma classe dominante, abarcando internamente os conflitos e contradições que emanam, a todo momento, das lutas na sociedade capitalista.

A partir do entendimento da dinâmica financeirizada do capitalismo contemporâneo, este trabalho busca também refletir sobre uma forma de Estado que se molda pela forma hegemônica do capital. Em outras palavras, se o capitalismo financeiro é a forma hegemônica no sistema capitalista global, o Estado passa a refletir, majoritariamente, ações e intervenções que buscam ampliar e aprofundar a lógica financeirizada do capital nos dias de hoje. Por fim, se entende que através do relacionamento dialético entre Estado e capital, há institucionalmente um Estado financeirizado, ou seja, que reproduz e inculca a ideologia dominante na sociedade capitalista.

Além dessa breve introdução, o trabalho, inteiramente composto por questões teóricas e históricas documentais, segue com um espaço que vai buscar resgatar na obra de Marx a formação do Estado concomitantemente ao capitalismo, e de buscar fontes em outros autores que foram certos no entendimento da relação intrínseca entre Estado e capital; já na segunda parte do trabalho será apresentada bases teóricas e ideias que suportam a forma estatal financeirizada e sua relação com o capitalismo contemporâneo, para tanto alguns eventos recentes apresentam valiosos ensinamentos que defendem as ações do Estado como um “legitimador de última instância” do capital. Por último há uma breve conclusão das ideias presentes.

O Estado no capitalismo: um resgate teórico e histórico

O Estado é uma invenção dos homens, assim como a sociedade capitalista, e como instituição feita por leis e ferramentas o Estado desde os primórdios da sociedade capitalista reflete os interesses de determinados indivíduos e/ou grupos. O seu incremento e crescimento reflete as contradições que emanam da sociedade civil organizada, bem como a forma como se impõe como superestrutura. Marx, no O 18 de brumário de Luís Bonaparte (2011), se debruça sobre o golpe de Estado de Luís Bonaparte em meados do século XIX, na qual o Estado é usado como ferramental para determinar uma vontade dominante que emanava da sociedade civil, a saber, a vontade burguesa. Ainda no contexto histórico, Marx aponta para o surgimento das revoluções burguesas na França e na Inglaterra, através da Revolução Francesa e da Revolução Gloriosa e Sem-Sangue, onde estas compartilharam o mesmo movimento social: a tomada do poder estatal pela sociedade organizada burguesa. “...criou, dentro da França, as condições que possibilitaram o desenvolvimento da livre concorrência, a exploração da propriedade fundiária parcelada, a liberação da força produtiva industrial da nação, e, fora das fronteiras francesas, varreu do mapa todas as instituições feudais na medida em que isso se fez necessário para propiciar à burguesia da França um ambiente atualizado e condizente no ambiente europeu” (Ibid. 2011). No bojo da revolução estava derrubado o Estado absolutista galgado na crise feudal, e surgia um Estado a serviço da burguesia industrial e fundiária. Nesse sentido, o Marx político dessa passagem ajuda a embasar a formação da relação entre Estado e sociedade civil, o que levará a teorização posterior da relação entre o aparato estatal e o capitalismo.

A partir do contexto histórico da acumulação primitiva pré-capitalista, Marx não apenas nos direciona para o surgimento de uma nova organização social do trabalho, e, portanto, para uma nova sociedade, mas para o surgimento de um relacionamento indissociável entre Estado e capital. O método dialético está claramente presente no que tange, particularmente, as contradições da sociedade burguesa e sua tomada do poder estatal. Nessa transformação histórica e material da sociedade fica evidente como elas serão refletidas no Estado. E, para tanto, uma de suas primeiras obras é imprescindível para essa composição. Na “Crítica da filosofia do direito de Hegel”, Marx está se

confrontando com os elementos filosóficos de Hegel no que diz respeito à determinação real do poder estatal, onde Hegel defende o “novo” Estado a partir da razão. O Estado é a razão em si, e, portanto, uma das bases fundamentais filosóficas da sociedade pós-revolução burguesa.

“Mas a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto. A Ideia real só se degrada, rebaixa-se à ‘finitude’ da família e da sociedade civil, para, por meio da suprassunção destas, produzir e gozar sua infinitude” (Marx, 2013), o que o autor trata a respeito da crítica a filosofia de Hegel é justamente a condição contrária que Hegel dá a concepção de Estado, visto por este como a razão e a “*infinitude*”; como o que não é resultado da sociedade, mas que conforma a sociedade (família e sociedade civil). Para Marx essa forma filosófica inverte o papel do Estado na sociedade capitalista, transformando o “*produtor em produto de seu produto*”. Essa visão de Marx embasa a grande maioria dos pensadores de tradição marxista, levando inclusive a famigerada ideia do Estado como o comitê da burguesia. Essa proposição também embasa a ideia de que é por via do Estado que deverá surgir a revolução proletária, pois de seu ferramental reproduz-se a lógica ideal dominante. No entanto, a questão é muito mais profunda que a compreendida por muitos, dada a relação transformadora que emana da sociedade civil burguesa e reflete, sempre, no aparato estatal. Para tanto, o Estado não é “apenas” um comitê, mas um ambiente que reflete e reproduz a vontade dominante, bem como sua ideologia e forma social; assim como, por outro lado, reflete de maneira proporcional as lutas e as conquistas das classes dominadas (minorias políticas).

O desenvolvimento das forças produtivas, das organizações sociais, e das lutas de classe ao longo do tempo foram moldando a forma como Estado reflete a sociedade. Se há algo que se pode tirar deste preciso contexto da obra de Marx é justamente a relação intrínseca entre a relação de forças políticas na sociedade, e seu reflexo imediato no Estado. Antes de marcar posição a cerca da relação do Estado e da sociedade capitalista é necessária uma organização dentro da tradição marxista. A partir desta visão sobre o Estado pode-se analisar marcadamente duas vertentes: i) a teoria do Estado dos marxistas ortodoxos; ii) e a teoria do Estado dos marxistas “heterodoxos”. A questão crucial que separa as duas vertentes se refere a ideia do Estado como inteiramente comandado por uma determinada classe social (a burguesia), ideia dentro da vertente ortodoxa; enquanto que à outra vertente, predomina a ideia do Estado como reflexo das lutas de classes na sociedade capitalista, e, como tal, representada por frações das classes em disputa. Neste sentido, este trabalho vai em busca de uma visão mais ampla a cerca da relação de poder que reflete no Estado, buscando em diversos pensadores uma coesão teórica e prática para se apreender o Estado no capitalismo contemporâneo. Essa divisão se faz necessária para que se evite superficialidades grosseiras, ou mesmo uma confusão em relação a complexa e contraditória relação entre o capitalismo e o Estado.

O Estado no capitalismo tal qual se conhece é um produto da divisão social do trabalho, ou seja, é a partir da divisão da sociedade em classes que o Estado moderno capitalista se forma, se transforma e se relaciona com a própria sociedade. A ordem vigente a vigorar na forma como os Estados capitalistas modernos foram concedidos advém da organização social capitalista, bem como na raiz do ideário liberal econômico e social formado ao longo dos séculos XVII e XVIII. O culto a liberdade de escolha, refletida politicamente através da democracia, foi uma engenhosa invenção do ambiente político organizacional que a sociedade civil burguesa criou. A partir da defesa da liberdade e da democracia, os Estados em formação passaram a clamar por uma “absoluta” igualdade na sociedade, refletindo a proposta social dominante vigente. Nesse sentido nada é natural, mas construído a partir de ideias dominantes que através do aparato estatal foi moldando a forma dita “normal” de organização social na sociedade contemporânea, ideia que pode ser vista em Netto e Braz (2006). *“Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”* (Marx, 2011). A construção do Estado na obra de Marx é uma construção social da organização burguesa, ou seja, da forma como a sociedade se organizou em classes para gerar, a partir da centralidade do trabalho, a riqueza necessária para suprir seus desejos e necessidades.

Segue então um resgate histórico e social da formação do capitalismo onde há pistas preciosas para se compreender o surgimento do Estado capitalista. A acumulação primitiva é “..., portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção” (Marx, 1996); para Marx a sociedade organizada burguesa, origem da reprodução da sociedade capitalista, surge no movimento revolucionário dos interesses de uma classe para a tomada do aparato estatal. E ele continua: *“A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos da outra”* (Ibid.). O sentido de Marx para a acumulação primitiva é histórico. Nesse contexto, a acumulação advém das estruturas feudais e se iniciou ao separar os meios de produção da força de trabalho; desta forma, alguns detêm os meios de produção, e toda a sua prerrogativa social de dominância, enquanto que outros detêm apenas sua força de trabalho, e sua única prerrogativa, a de vendê-la. As estruturas feudais foram determinantes para o surgimento dessa nova organização, e ela foi moldada nas conquistas de lutas sobre o direito fundiário e o surgimento de uma massa de mão-de-obra para a indústria urbana nascente. A primeira luta se deu no campo dos interesses dos Estados em deter politicamente os diversos feudos, pois era necessário quebrar o poder feudal para a obtenção de um poder unificador maior (absoluto); a segunda foi reflexo da ampliação da primeira, quando separa-se os servos feudais dos campos; ou, em outras palavras, o produtor do meio de produção. No bojo dessas transformações está o mercantilismo que é visto como um período transitório de interesse único do poder absoluto estatal, sendo a todo

momento minado pela organização capitalista nascente dominante. O píncaro dessa transição foram as revoluções francesas e inglesas junto da reprodução dessa nova organização social: o capitalismo.

“O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos de acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros” (Marx, 1996). A expropriação do campo foi uma solução duplamente eficaz para a classe burguesa, liberou terras férteis para o cultivo em grande escala, e criou uma massa de proletariado para a indústria. Essas transformações não mudaram apenas a organização social de servidão para exploração do trabalho, mas moldaram os Estados e fundaram cidades urbanas (com necessidades urbanas). Em suma, a partir do rico resgate histórico da ebulição social que surgia principalmente na Inglaterra pós-revolução burguesa, Marx relata a forma como o Estado, agora representado em sua maioria pelo parlamento, passava a ditar as regras de acordo com a sociedade civil hegemônica: *“O parlamento não votou nenhum ‘farthing’² para a emigração, mas apenas leis, que capacitavam a municipalidade para manter os trabalhadores entre a vida e a morte ou explorá-los, sem pagamento de salários normais. Quanto, ao contrário, 3 anos depois estalou a peste do gado, o Parlamento rompeu descontroladamente a própria etiqueta parlamentar e votou, num piscar de olhos, milhões para indenização dos milionários senhores de terras, cujos arrendatários de toda maneira já se tinham compensado dos prejuízos aumentando o preço da carne”* (MARX, 1996 p.210).

Há, então, uma mudança no centro gravitacional social da humanidade, o monopólio do controle social passa das armas e da justiça divina (Estado Absoluto), para às relações de trabalho e da reprodução do capital em larga escala (Estado Burguês). Na formação do capitalismo está necessariamente refletida a formação relacional do capital e do Estado. Nesse sentido o Estado é uma ferramenta de legitimação da organização capitalista, refletindo a todo momento as lutas ao redor dessa organização em sua afirmação como hegemônica. Todo incremento estatal (i.e., leis, instituições e regulações), a partir das lutas no seio dessa sociedade, foram e sempre serão “cicatrizes” necessárias para que o Estado reflita a sociedade organizada e suas contradições e conflitos. Essa ideia é composta pela forma como o Estado se formou e se comportou ao longo do período de formação e transformação do capitalismo. Este surgido historicamente na crise feudal e na queda do absolutismo, e desenvolvido com o ímpeto das revoluções burguesas e industriais, bem como durante todo o século XX de transformações sociais, econômicas e políticas.

² Farthing, no contexto, significa algo de pouco valor, quase nada.

Em Nicos Poulantzas é possível visualizar uma teoria estatal moderna e dinâmica, mas que ainda resguarda a base da compreensão de Marx a cerca da relação entre Estado e capital. A ideia principal do autor para o Estado é que este é dominado pela ideologia da sociedade civil organizada hegemônica, e que ainda a reproduz com o objetivo de criar bases internas para o funcionamento do Estado e de seu pessoal (Poulantzas, 1978). Nesse contexto, além de responder a sociedade organizada dominante, o Estado tem por função se aparelhar da ideologia e unir a voz dos que em seu nome o representa. *“A ideologia dominante que o Estado reproduz e inculca tem por função... constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e da unidade de seu pessoal”* (POULANTZAS, 1985 p.179). O aparelhamento estatal, frase de tão forte impacto contemporaneamente, é a forma essencial de dominação da ideologia vigente ao Estado. A reprodução de sua lógica se dá em bases cada vez mais amplas, se o Estado legitimado por esta estiver cada vez mais aparelhado. No sentido de Poulantzas, quanto mais presente um Estado for, mais reprodutor da lógica dominante ele é. Essa compreensão teórica abre caminhos tortuosos no debate sobre o tamanho do Estado, o “intervencionismo”, e o neoliberalismo.

O Estado sendo o resultado de uma relação de forças na sociedade capitalista é uma das contribuições de Poulantzas ao debate, e Jessop (2009) aprofunda: *“Por analogia com a análise de Marx sobre o capital como uma relação social, essa afirmação pode ser reformulada como segue: o Estado não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, mediada por sua relação com coisas...”*. O que fica claro na análise de Jessop sobre Poulantzas, é que o Estado e o capital não são coisas, mas resultados de relações sociais mediada por suas relações com coisas. No caso uma relação que é determinada historicamente e socialmente através das coisas. Então, Marx (1996) diz: *“... o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas”*, assim como, *“Uma máquina fiadora de algodão é uma máquina fiadora de algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital”* (Marx, 1996 p.384). O que por fim é relevante dessa passagem é o fato de haver uma clara distinção entre o Estado na teoria marxista, e o Estado nas demais correntes teóricas. O Estado nas relações sociais do capitalismo é um Estado próprio dessas relações, não é temporário ou eterno, ele apenas reflete as respectivas relações sociais de seu tempo. Nesse sentido, enquanto existir capitalismo, apenas pode haver um Estado capitalista, e este será sempre reflexo das relações sociais desse determinado capitalismo, seja no Brasil de 2017, ou na Inglaterra do século XIX.

Resumindo a visão de Poulantzas, o Estado capitalista nunca se apresenta como um Estado de classe (no sentido puramente marxista ortodoxo), de fato ele condensa através da democracia a sensação de igualdade de direitos individuais dentro de uma sociedade essencialmente coletiva. No entanto, o Estado reproduz e reproduzirá a doutrina da relação social dominante na sociedade, mesmo com suas diversas contradições e conflitos. Entende-se os Estados contemporâneos como iguais, mas

com idiossincrasias significantes; assim como as próprias relações sociais de produção dos diversos Estados-nações ao redor do mundo, ou seja, essencialmente capitalistas, mas com idiossincrasias significantes. Por fim, para se entender o Estado em cada país, deve-se analisar histórica e socialmente sua relação de produção; contudo, ao serem Estados capitalistas, estes resguardam estruturas-chaves para a compreensão de sua dinâmica e aparelhos.

O Estado de Bem-Estar Social foi um evento histórico que abarca muito bem as colocações teóricas e políticas de Poulantzas. O objetivo desse particular Estado no rumo da história do capitalismo foi de atenuar as tensões latentes e cada vez maiores entre capital e trabalho. Sob uma perspectiva do pós-guerra, a resposta da classe dominante devia servir para manutenção de sua ordem social, ou esta arriscava a ruir. Então, o Estado é o ambiente que se incumbe em mediar os interesses conflituosos e contraditórios de classes, como coloca Brunhoff (1982). A autora entende o Estado como uma superestrutura, mas que resguarda uma certa autonomia da economia; ou seja, há uma certa liberdade para o Estado em se fazer presente quando necessário, mesmo indo contra a vontade hegemônica. A presença necessária do Estado se dá através de políticas econômicas que possuem o objetivo principal de fazer “...la gestion de la force de travail salariée, et celle de la monnaie équivalent général”³ (Brunhoff, 1982). Também interessante em sua análise é a ideia do “véu”, particularmente de tradição marxista, que ela acreditar existir na ação da política econômica. Em outras palavras, o fato da gestão entre os trabalhadores e o capital ser representada como uma política econômica esconde sua característica principal de representar a produção e circulação da ordem produtiva capitalista, ou as relações sociais dominantes desta sociedade. Para Brunhoff (1982) o Estado reproduz a lógica dominante que emana da sociedade civil organizada, assim como para o próprio Marx e Poulantzas, mas ao refletir sobre as políticas econômicas contemporâneas, ela amplia a compreensão do papel do Estado em se fazer presente como um corpo constitutivo de aparente autonomia. No fundo, para estes a reprodução da lógica dominante está sempre presente nos aparelhos estatais.

No mesmo sentido da autora, Francisco de Oliveira (1992) busca ser mais contundente. Para o autor, o que é comumente chamado de “*intervenção estatal*” é um “*reducionismo empobrecedor*”, ou mais profundamente é um “*pseudoconceito*”, pois representa uma visão limitadora da relação profunda e intrínseca entre o Estado e a economia, e no fundo, com a sociedade. E o autor diz: “*A intervenção é eficaz, em primeiro lugar, porque em que pese a extraordinária transformação do Estado no século XX, sua radical separação com relação à sociedade permanece (sendo o contrário também verdadeiro, of course) e é isso que a torna qualitativamente diferente e imune aos azares dos negócios privados; sua racionalidade é de outro nível, formado por outros elementos e sujeita a outras determinações e contradições. Este é o núcleo da proposição keynesiana, que a tornou*

³ Em tradução livre do autor: “...a gestão da força de trabalho assalariada, e aquela da moeda como equivalente geral”.

revolucionária” (OLIVEIRA, 1992). A respeito da revolução keynesiana, o mote dessa proposição diz respeito a uma teoria que necessariamente representava a perpetuação da ordem social burguesa. Para o autor, foi Keynes que promoveu a grande transformação no Estado ao pensá-lo como um agente diferente e necessário à ordem social burguesa (e evidentemente ao capital). A transformação foi de tal modo importante e revolucionária que suprimiu o Estado liberal subalterno de gastos fiscais regrados (gasta apenas o que arrecada), para um Estado ativo, antecipador, *ex-ante* do capitalismo e da promoção de cada vez mais apropriação dos espaços públicos. Nesse sentido, o Estado foi usado como instrumento teórico por Keynes e é mal-entendido, principalmente pelos liberais, como uma “intervenção” no sentido “empobrecedor” do termo; por outro lado, para os marxistas ditos ortodoxos, a intervenção é tida como subordinação do Estado ao capital. No entanto, é sintomático que a solução para todos os países capitalistas tardios, como os periféricos e neles o Brasil incluso, passa necessariamente pela ação do Estado.

O Estado pensado a partir da revolução keynesiana e de seu papel como interventor e legitimador de políticas é visto como o que fiscaliza o capitalismo, o árbitro das decisões a cerca da relação entre capital e trabalho, ou seja, da dinâmica social que lhe é refletida. O Estado passa a ser a prova existencial dos conflitos sociais representados pela divergência e contradições de classes e suas relações com a produção de bens e serviços, a partir de recursos escassos. Nessa linha, quanto mais conflituosa se apresenta a sociedade, mais a dependência do Estado para remediar, intermediar e liderar uma atenuação dos embates, e o restabelecimento da ordem social e econômica vigente⁴.

O Estado interventor keynesiano foi uma revolução capitalista com o intuito de atenuar as tensões criadas entre capital e trabalho, e, portanto, no seio da organização social do trabalho. Nesse sentido tanto Poulantzas, Brunhoff, Jessop, Chico de Oliveira e outros entenderam que o Estado passa a determinar e promover a ideia ideologicamente dominante, seja através de aparelhamento, políticas ou intervenções. No entanto, na essência da relação entre Estado e capital está uma subordinação resultado do reflexo da ordem vigente, mesmo que haja idiosincrasias importantes. O Estado, dessa forma, reflete a vigência da forma social do capital em questão temporal. Foi assim na ordem do capital industrial do século XIX e XX, do capital comercial do pós-guerra e do capital financeiro no final do século XX e início do século XXI. Sendo que há elementos históricos que apresentam relações entre capitais financeiros e Estado antes mesmo do que se pode chamar de estabelecimento do capitalismo como organização social hegemônica. “*Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabava de sair da casca do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas*” (MARX, 1996 p.348), esse gancho histórico também está presente na filosofia de Hannah Arendt (2012), mesmo que com propósitos distintos do de Marx.

⁴ Ideia que aparece, de forma mais acabada em Mandel (1977).

“A burocracia ocupa os aparelhos de Estado e instituições. Constituem os braços de ação do Estado com o papel, aparentemente técnico, mas realmente fundada em determinada ideologia a partir do movimento dinâmico do bloco no poder que estrutura o Estado em determinado momento. É o seu braço técnico fundado em um conhecimento científico aparentemente neutro, mas que na verdade, reproduz a ideologia dominante” (SAWAYA, 2016 p.10). Por fim, e para iniciar o debate da segunda parte do artigo, a interação entre Estado e sociedade capitalista é de certa forma tão complexa quanto profunda. Ao passo que quanto mais complexidade e tecnicidade se apresenta no aparelhamento estatal, mais a relação se aprofunda. As diversas interações entre planos econômicos de governo, bancos centrais e setor privado são cada vez mais complexas e profundas, matematizadas e técnicas, burocráticas e reguladas, o que de certo reflete a ordem vigente dominante ideologicamente e reproduzida em corredores das altas finanças, universidades e bancos centrais. Nesse sentido, a chamada heterodoxia keynesiana, quando dominante no espectro da sociedade, pode ditar certos caminhos econômicos, como aconteceu (mesmo que não plenamente) no Brasil do século XXI.

Por fim temos uma teoria estatal na qual as transformações da sociedade capitalista refletem necessariamente nos aparelhos estatais, bem como as relações de forças entre classes sociais. De acordo com a crítica da filosofia de Hegel de Marx, o Estado não é a razão em si, mas sim a sociedade. O Estado não conforma a sociedade civil e a família, mas a sociedade civil e a família conformam o Estado; a inversão dos papéis para Marx era condição necessária para a evolução da condição da sociedade humana. O Estado, portanto, é uma instituição aparente autônoma, mas que em suas entranhas reflete a lógica dominante do capitalismo e de suas formas hegemônicas.

O Estado financeirizado: um reflexo da formação estatal no capitalismo.

O objetivo da primeira parte do artigo foi apresentar de maneira teórica e documental as razões para se pensar a instituição estatal como reflexo dos conflitos e contradições da sociedade civil capitalista. No entanto, de forma alguma existe neutralidade ao Estado, o que existe é uma aparente neutralidade, que o veste um véu como um agente autônomo e ativo. A composição teórica da parte anterior a esta embasa a busca crucial desta pesquisa: a de empreender as determinações e dinâmicas do Estado no capitalismo contemporâneo financeirizado.

Resgatando as ideias de Poulantzas, este reflete sobre a capacidade do Estado em adaptar-se quanto instituição que reflete a organização social capitalista, e para tanto ele critica algumas visões estáticas do Estado, sobretudo a dos marxistas ortodoxos. Diz ele: *“O Estado que reflete a dominação política no sentido de confecção de seu próprio Estado, a sua medida e sua conveniência ao manipular seus interesses”* não existe atualmente de forma tão rígida, isso dada a própria transformação do Estado e do capitalismo ao longo do tempo (POULANTZAS, 1978 p.14). De certo

que quando na acumulação primitiva e na formação do capitalismo, ponto tratado anteriormente, as relações de poder entre classes eram mais evidentes à luz do Estado; contemporaneamente, no entanto, com o desenvolvimento dos conflitos e das próprias conquistas sociais ao longo do tempo, este foi se moldando para abarcar uma sociedade em constante transformação.

Ainda no mesmo autor, este completa: “*O Estado apresenta uma estrutura material própria que não pode absolutamente ser reduzida a uma dominação política. O aparelho do Estado é algo especial e quando repartido não se esgota como poder estatal. Entretanto, a dominação política do Estado é inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não foi produzido peça por peça pela classe dominante, ele também não está encurralado por ela. O poder estatal é traçado dentro dessa materialidade institucional. Todas as ações do Estado não se reduzem à classe dominante, mas também não são menos marcadas constitutivamente por ela*” (Ibid. p. 15). Em outras palavras, não há como conceber a ideia simplista de “comitê da burguesia” após a profunda transformação da sociedade, do capitalismo e do Estado. Todavia, existe a dominação sob forma material institucional do Estado, ou seja, através de suas ferramentas e braços concretos de poder (i.e., políticas econômicas, intervenções, violência, burocracia, propriedade privada, esfera do direito e etc.). Por fim, o objetivo de toda reflexão sobre o Estado está em descobrir quais os fundamentos da estrutura material do Estado e do poder, os quais advêm das relações de produção e da divisão social do trabalho. Sendo que as classes sociais e suas lutas pelo poder estão refletidas na estrutura econômica do Estado, e, portanto, em seus aparelhos concretos.

Tanto Poulantzas (1978) quanto Brunhoff (1982) teorizaram sobre o papel econômico do Estado como a sua maior ferramenta de reprodução da ideologia dominante. “*Ce rôle économique de l’Etat est terriblement réel*”⁵ (POULANTZAS, 1978 p.179), diz o autor que defende o papel econômico do Estado como necessariamente replicador da lógica do capital, ou seja, da forma hegemônica de sua acumulação e reprodução. Se a inflação, desemprego, e crises, são fenômenos puramente econômicos, cabe ao Estado a terrível tarefa de intervir e recolocar o sistema em ordem (Ibid.). Já para a autora, a adaptação do Estado ao capitalismo contemporâneo é uma característica da dominação de uma classe sobre as ferramentas disponíveis da instituição, “*Si la bourgeoisie a pu hériter le Trésor de l’ancien régime, tout en le modifiant, pourquoi dans le cas d’un nouveau changement de société, le prolétariat, prenant le pouvoir, n’hériterait-il pas le Trésor bourgeois, tout en transformant de nouveau celui-ci?*”⁶ e, continua: “*L’institution étatique serait re-modelée en fonction de son nouveau rôle social*”⁷ (BRUNHOFF, 1982 p. 88). Em outras palavras, o Estado é modificado para abarcar as condições sociais da classe dominante, apesar de sua aparente autonomia.

⁵ Em tradução livre do autor: “O papel econômico do Estado é terrivelmente real”.

⁶ Em tradução livre do autor: “Se a burguesia pôde herdar o Tesouro Nacional do Antigo Regime, modificando-o, porque no caso de uma nova mudança na sociedade, o proletariado, tomando o poder, não herdará ele o Tesouro Nacional burguês, transformando-o todo novamente?”.

⁷ Em tradução livre do autor: “A instituição estatal será remodelada em função de seu novo papel social”.

As modificações feitas nas ferramentas (aparatos) estatais fazem parte, verdadeiramente, desta dominação, e, portanto, atualmente correspondem à classe burguesa. O Estado, dessa forma, é palco de transformações da sociedade capitalista correspondente a uma ordem dominante, se houve diferentes capitalismo ao longo dos séculos, necessariamente houveram diferentes Estados que foram modificados concomitantemente.

No mesmo sentido de Brunhoff, Joachim Hirsch em a “Teoria Materialista do Estado” (2010) expande a reflexão a cerca do capitalismo e sua relação direta com o aparelho estatal. Para Hirsch (2010), o capitalismo por ser um sistema inerentemente instável e criador de crises necessita da atividade do Estado para resolver seus conflitos. No caso, o Estado tem como função resolver a relação entre a existência material e organizacional da sociedade, sem, contudo, participar diretamente do processo de valorização. Para este, apenas o Estado por não estar diretamente ligado ao imediato processo de valorização de capital pode exercer tal função – daqui se remete a ideia de que é necessária a impessoalidade do Estado no capitalismo, defendida por Poulantzas, Brunhoff, Sawaya e outros. Nesse sentido, as contradições do Estado são outras, mas que refletem a ordem capitalista; ideia presente também em Oliveira (1992). Farias (2011) ajuda essa compreensão ao esclarecer as proposições de Hirsch a cerca do que ele chama atenção como “*a comunidade política da sociedade capitalista*” (Ibid.). E, continua: “*a forma política – concretizada institucionalmente no aparelho do Estado – condiciona a forma dinheiro e a forma capital, estando ao mesmo tempo condicionado por elas*” (Ibid.). Ao apresentar as categorias dinheiro e capital como formas condicionantes do Estado, Hirsch aponta para algo que já estava em transformação na sociedade capitalista, o surgimento do que ele chama de “*burguesia interna*” – conceito original de Poulantzas. Este conceito representa a forma como os detentores de meios de produção circunscrito sob uma determinada nação, possui interesses internos próprios que são, a todo momento, refletidos pelos aparelhos estatais, inclusive na gestão do dinheiro e do capital.

Para Hirsch o Estado garante a legitimidade do dinheiro através da coerção estatal, nesse sentido a moeda deve ser controlada e regulada pelo Estado (Banco Central), caso contrário não haveria a possibilidade da estabilidade econômica. Contudo, o Estado não criou a moeda e o capital, pois estes foram criados na base social da organização capitalista, assim como seus usos e recursos mais modernos com o objetivo de acumulação e valorização de capital. Para tanto, há um limite para as políticas monetárias estatais, pois por mais que o Estado tenha a prerrogativa de controlar e regular a moeda, sua gênese e gestão estão nas relações sociais e econômicas da sociedade capitalista (Hirsch, 2010). Com base nessa afirmação, a legitimação do que é elaborado e gerido pela sociedade capitalista em relação ao capital passa pelo Estado; foi assim no Estado burguês “keynesiano”, e agora no Estado burguês “neoliberal” (Farias, 2011).

Interessante notar que essa teoria materialista do Estado corrobora com dois grandes conceitos advindos da teoria de Hyman Minsky a cerca do Banco Central e do Governo, ou *Big Banks* e *Big Government* (Minsky, 1986 e 1993; Deos, 1997). O sentido dessa teoria, de matriz keynesiana, demonstra não apenas a capacidade, mas a profunda necessidade de existir um Estado com aparelhos fortes o suficiente para sustentar as grandes instabilidades econômicas advindas da própria dinâmica do sistema capitalista. Contudo, as crises cada vez mais importantes contemporâneas advindas da dinâmica capitalista financeirizada exigem cada vez mais a presença do Estado e de sua capacidade técnica em dar cada vez mais respostas rápidas e eficientes que sustentem o sistema. Ao gerar crises endógenas o capitalismo obriga respostas à altura dos diversos Estados e seus aparelhos, aprofundando a relação contraditória entre ambos. A crise financeira de 2008 e suas respostas são sintomas dessa dinâmica entre capitalismo contemporâneo e o Estado, para tanto o nível das dívidas públicas, a incapacidade de se aplicar regulações importantes, e os pacotes fiscais e monetários de salvamento (i.e., QE estadunidense e europeu, além da Troika) são exemplos de como o Estado não pode medir esforços para evitar o colapso econômico e financeiro da ordem capitalista. Aqui o Estado se apresenta como o “*emprestador de última instância*”, ideia presente nas teorias minskyanas e keynesianas.

O Estado então opera através da transformação social e econômica da sociedade capitalista, ou seja, a transformação espacial e processual da reprodução e valorização do capital gera, inerentemente, uma reação do aparelho estatal (Poulantzas, 1978). Esta relação é vista nas modificações da dinâmica do processo produtivo, na divisão do trabalho, na reprodução da força de trabalho, na extração da mais-valia e na exploração dos recursos naturais e humanos. Toda modificação no seio da sociedade requer um “novo” Estado onde haverá mudanças em relação à qualificação da força de trabalho, urbanismo, transportes, saúde, meio ambiente, mercados e etc. Por fim, o Estado também se transforma, junto da sociedade capitalista, dando o sentido materialista histórico para sua existência (o que difere de algumas correntes entre marxistas, e, principalmente, entre outras escolas do pensamento econômico político).

Quando se trata de pensar o Estado no capitalismo contemporâneo é necessário, após as composições teóricas acima e mantendo-se fiéis a estas, refletir sobre qual a principal característica do capitalismo contemporâneo. E o capitalismo de hoje é caracterizado principalmente por seu “*padrão sistêmico de riqueza*” (BRAGA, 1997 p.195) chamado convencionalmente de *financeirização*⁸. Como padrão se entende que a “*valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira*” (BRAGA, 1985 p.374), e por lógica financeira se compreende através das “*formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza*” (BRAGA, 1993 p.26). O conceito pode ser interpretado de uma forma mais dinâmica, a partir do entendimento que é um

⁸ Para uma organização mais ampla sobre as diferentes visões a cerca do conceito *financeirização*, ver Ferreira (2016).

“fenômeno resultado do próprio movimento do capital em sua lógica de se apropriar da mais-valia socialmente criada” (FERREIRA, 2017 p.7). Nesse contexto, faz parte do sistema capitalista em ser financeirizado e de seguir sua lógica financeira até se apropriar de tudo que é gerado no capitalismo como valor. Se o capitalismo reproduz sua forma financeirizada através das relações sociais de ordem burguesa, o Estado necessariamente responde essa transformação. Alguns, como Hirsch (Idem), Chesnais (1994), Harvey (2013) e Oliveira (Idem) vão sustentar que a forma política ideológica chamada neoliberalismo criou bases para a mundialização do capital e a globalização financeira, ampliando a capacidade do capital em seu movimento inerente de se financeirizar. Nesse sentido, o Estado teve papel como inculcador da ideologia dominante, e, portanto, legitimador da expansão financeira do capitalismo contemporâneo. Se, então, a característica principal do capitalismo dos dias atuais é financeira, o Estado deve responder à sua lógica através de aparatos que reproduzem a *financeirização*. *“No âmbito do banco central, o capital financeiro, embora definido, se integra diretamente com uma parte do aparato estatal”* (HARVEY, 2013 p.417).

Contudo, o Estado não pode se abster das outras funções econômicas e sociais destinadas a ele, entretanto elas podem variar em intensidade e medida de acordo com a conjuntura e o próprio ritmo de acumulação do capital. Na essência o Estado passa a responder pela tendência do capitalismo em se tornar cada vez mais financeirizado, onde a reversão dessa dinâmica só se daria no seio da ordem social dominante, e não através de políticas econômicas “contra-financeirizadas”. Nesse sentido, mesmo gozando de certa autonomia (em formato de um “véu”), o Estado é aprisionado pela dinâmica capitalista financeirizada, exigindo deste todo tipo de controle e regulação para a manutenção dos espaços de acumulação e reprodução do capital financeiro. Em outras palavras, o Estado no capitalismo contemporâneo se vê numa intensa transformação na forma e no ritmo da acumulação do capital, gerando tensões e contradições das quais é seu papel mitigar.

Seguindo a tendência, o Estado deve continuar destinando suas forças à essência da reprodução do capital, mesmo que este caminho gere problemas graves no seio do bloco do poder e ampliem as contradições refletidas a ele. Esses conflitos recrudesçam o conjunto das contradições entre o Estado e a classe dominada, gerando graves crises políticas e econômicas. Crises nas quais a rigidez própria do Estado – a incapacidade de modelar estratégias diferentes da hegemônica – que é resultado da correlação entre o espaço ocupado pelo Estado e o espaço do processo de reprodução do capital, limita consideravelmente a eficácia das políticas que visam soluções dessas crises. Em outras palavras, uma vez ocupado um espaço para reprodução do capital com a legitimação do aparato estatal, é muito difícil a reocupação desse espaço pelo Estado, o que limita sua capacidade de gerar e solucionar as crises políticas e econômicas. O Estado contemporâneo não tem como função política reverter a lógica hegemônica de classe e do capital, reduzindo o campo tático da própria reprodução da hegemonia e agravando as contradições entre as classes, sobretudo nas crises. O necessário

aumento do Estado quando na transformação das novas formas e de novos espaços da reprodução do capital não está ligado ao seu poder em relação à economia, muito pelo contrário, sua presença cada vez maior representa sua submissão à economia e ao capital, pois correspondem aos domínios que a ordem social e econômica refletem a partir de seu processo de acumulação e reprodução.

A questão crucial na relação dialética entre o Estado e a ordem social capitalista reside na relação de forças que são refletidas nas ações do Estado. Nesse sentido, quanto mais desorganizada e confusa é uma determinada sociedade capitalista, circunscrita a uma nação, mais o Estado reflete os conflitos existentes. Cada Estado-nação se insere num contexto histórico, político, econômico e social próprios, o que os diferenciam na forma como se apresentam os aparelhos estatais e suas intervenções. Para tanto, Chang (2003), Sawaya (2016), e outros, demonstraram os diversos desenvolvimentos dos Estados capitalistas ao longo do tempo e suas particularidades, chave no entendimento de suas idiossincrasias. Porém, por outro lado, quando se analisa o papel do capitalismo contemporâneo e sua estreita relação com o fenômeno da financeirização, constata-se como a forma de reprodução e acumulação do capital é determinada e fomentada pelos aparatos estatais – sem distinção. Em relação ao espaço de acumulação global, transparece aos olhos da pesquisa que existe uma hierarquia entre os Estados e sua capacidade de se inserir no capitalismo mundial financeiro com o intuito de ampliar suas bases de apropriação da riqueza socialmente gerada. Aos Estados que atenuaram as contradições de classes que lhes são refletidas, o alcance desse espaço global de valorização do capital financeiro se torna mais factível. As economias capitalistas centrais, com seus aparatos e corpos técnicos reproduzem a lógica financeira internamente e internacionalmente, e às economias emergentes cabem, dependendo das relações de força e suas frações de classe, responderem a essa ofensiva do capital de uma forma ou de outra. Sem dúvida, a forma como os Estados respondem ao capital financeiro são definidos pelos aparatos estatais que refletem as frações das classes sociais (Poulantzas, 1978). Para tanto, Sawaya (2016) apresenta algumas pistas em relação aos países emergentes, como Brasil, Argentina e México, e outros como China e asiáticos.

Por fim, a financeirização do capitalismo contemporâneo é refletida pela ação do Estado, repressiva e ideologicamente. O Estado com o exercício legítimo da violência não física impõe e inculca a ideologia dominante do capital, gerando o aparelhamento estatal como Poulantzas e Brunhoff teorizaram. Dessa forma, as funções do Estado se articulam diretamente com o ritmo próprio da acumulação e reprodução do capital; enquanto que o próprio Estado é o espaço de atenuação dos conflitos gerados a partir das contradições da ordem capitalista. E a financeirização do Estado é resultado da própria financeirização do capitalismo, assim como a financeirização de todos os agentes capitalistas. No entanto, o Estado é o agente legitimador do capitalismo ao refletir a organização da sociedade civil, e se apresentar como um “legitimador de última instância”. O Estado organiza, regula, polícia, fomenta, e protege o capital financeiro, ao refletir os interesses da classe

dominante na sociedade civil. E se, a classe dominante passa a ser a financeira, o Estado passa a se transformar de forma a refletir essa nova relação de força no seio da sociedade capitalista, assim como a ampliar os aparatos estatais, suas instituições e braços concretos. São casos dos bancos centrais, mercados financeiros, agências regulatórias, organismos multilaterais, associações lobistas e etc. A crise financeira de 2008 escancarou essa relação, e como resultado temos um Estado maior, na qual a ampliação dos espaços de reprodução do capital, majoritariamente financeiro, é cada vez mais legitimado por uma ideologia dominante. No que tange o desenrolar da crise, Braga (2009) defende: *“um Estado em que o Banco Central e o Tesouro não medem esforços em defesa da sustentação da riqueza da alta finança”* (2009, p.89), pode ser considerado um Estado *“próprio à macroeconomia da riqueza financeira”* (Ibid.). Ou em outras palavras, um Estado financeirizado.

O Estado financeirizado passa a ditar o ritmo de acumulação e reprodução do capital financeirizado. *“Verificou-se ao longo dos últimos tempos um Estado cada vez menos da macroeconomia do emprego e da renda (...) para ser um Estado da macroeconomia da riqueza financeira”* (BRAGA, 2009 p.93). Esse Estado, subordinado às finanças, passa a abarcar novas formas e aparatos necessários para uma nova forma de reprodução e acumulação de capital, em bases cada vez mais globais. O objetivo desse Estado é manter os espaços da *“macroestrutura financeira”* da riqueza (BRAGA, 1990), nas quais as instituições nacionais e internacionais capitalistas, bem como os centros de pesquisas e universidades em sua maioria, refletem as forças de interesses que emanam dessa “nova” forma de organização da sociedade, sendo o Estado o “legitimador” último de tudo.

As condições do Estado como legitimador do movimento financeiro do capital globalmente estão postas. A crise financeira de 2008, a manutenção dos acordos bancários entre credores e Estados na Europa, e as mudanças políticas e institucionais de países emergentes passam a representar, de uma maneira ou de outra, transformações estruturais no aparato estatal reprodutor da lógica dominante. As diversas tentativas de se voltar contra os abusos de Wall Street parecem que não passarão de tentativas, onde a última eleição estadunidense mostrou o poder de imbricamento entre às finanças e os aparelhos estatais. Em nome de uma estabilidade e prosperidade econômica que reluta em se estabelecer desde da Grande Recessão, os Estados e a ordem social vigente seguem seu papel legitimador de reprodutor da ordem dominante, mesmo com as contradições latentes cada vez mais batendo à sua porta. Por fim, nesse contexto histórico, o Estado é visto cada vez mais como o responsável por dar respostas à altura de sua capacidade, gerando uma nova rodada de negociação entre a contradição do Estado democrático e seu papel inculcador da lógica capitalista contemporânea hegemônica, a saber, a financeira.

Conclusão

“O Estado está no coração do sistema global, ele continua a desempenhar seu papel essencial na criação e manutenção das condições de acumulação de capital...” (WOOD, 2014 p.106).

A questão maior que influenciou a todo momento o presente trabalho foi a apreensão da relação entre o Estado e o capitalismo contemporâneo. No sentido que o Estado é uma instituição que faz parte da lógica capitalista, e nunca o contrário, rejeitando as visões superficiais de Estado mínimo ou fim do Estado dentro da ordem social capitalista. Desde da formação do capitalismo, sobretudo através das lutas revolucionárias burguesas para alcançar o poder estatal e suas prerrogativas, até o Estado “interventor” keynesiano e contemporâneo, o papel do Estado foi de atenuar as contradições da sociedade capitalista e reproduzir a lógica dominante. Se, como diz Poulantzas (1978), o Estado não foi construído “pedra por pedra” pela burguesia, tão pouco ele é autônomo de suas vontades e ideologias, muito pelo contrário. O Estado é um aparato que não é, e nunca pode ser neutro, mesmo que haja divergências importantes no plano das ideias temporariamente, ele sempre responderá à ordem dominante, ou como introduzido acima, à forma capital dominante. Nesse sentido, o trabalho entende que o capitalismo contemporâneo é dominado pelas finanças, através do fenômeno transformador da financeirização, na qual a forma do capital financeiro e suas estruturas dominam as ações reprodutivas e os espaços de acumulação e geração de capital globalmente.

Por fim, se o Estado reponde a uma lógica financeirizada, necessariamente ele também se torna financeirizado. O Estado financeirizado é o Estado que reflete a dinâmica do capitalismo financeiro, suas estruturas e formas de apropriação da riqueza. As ferramentas e aparatos estatais estão cada vez mais moldados para essa estrutura financeira, e as políticas econômicas e o gerenciamento da moeda e dos gastos, cada vez mais voltados para sua lógica e perpetuação. A saída para essa questão passa a ser a tomada do poder estatal e de todo seu aparato, modificando-o; ou o surgimento, no seio da sociedade civil, de uma nova organização para a reprodução da vida humana e material na Terra. Se algum dia o capitalismo será superado, definitivamente o Estado será chave nesse processo, tal qual Marx e Engels previram.

Referências bibliográficas

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo. Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo.** Companhia de Bolso, 2012.

BRAGA, J C. **A temporalidade da riqueza.** (Tese de Doutorado) Instituto de Economia da UNICAMP. 1985.

_____. **A “financeirização” do capitalismo desenvolvido.** Economia, p. B2 Caderno de Economia. Folha de São Paulo. 1990.

_____. **A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalisms centrais.** Revista Economia e Sociedade, n.2 1993.

_____. **Financeirização Global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo.** IN: José Luís Fiori, **Poder e dinheiro.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças.** Estudos Avançados 23 (65), 2009.

BRUNHOFF, S. de **État et Capital. Recherches sur la politique économique.** FM/Fondations, 1982.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo, Unesp, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira. Gênese, Custos e Apostas.** Instituto Piaget, 1994.

DEOS, S. S. de **A hipótese da instabilidade financeira de Minsky: uma apresentação.** Artigo versão da dissertação de mestrado da autora apresentada ao IEPE/UFRGS 1997.

FARIAS, F. P. de **Resenha do livro: Teoria Materialista do Estado de Joachim Hirsch.** Crítica Marxista, n.33, p.145-148, 2011.

FERREIRA, F.P. **A financeirização e a era das crises no capitalismo.** XXI ENEP – Sociedade Brasileira de Economia Política, 2016.

_____. **Financialization and an era of crisis on capitalism.** URPE Congress at ASSA 2017, Chicago, IL. 2017.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital.** Boitempo Editorial, 2013.

HIRSCH, J. **Teoria Materialista do Estado.** Rio de Janeiro: Revan, 2010.

JESSOP, B. **O Estado, o Poder, o Socialismo de Poulantzas como um clássico moderno.** Revista Sociologia Política, Curitiba, v.17, n.33, p.131-144, jun. 2009.

MANDEL, E. **Teoria Marxista do Estado.** Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Livro Primeiro O processo de produção do capital. Tomo 2. Editora Nova Cultural, São Paulo. 1996.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** Boitempo Editorial, 2011.

_____. **A crítica da filosofia do direito de Hegel.** Boitempo Editorial, 2013.

MARX K. e ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** Fonte digital, RocketEdition 1999.

MINSKY, H. **Stabilizing an Unstable Economy.** Hyman P. Minsky Archive, 1986.

_____. **Integração financeira e política monetária.** Economia e Sociedade, 1993.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** Cortez Editora, 2006.

OLIVEIRA, F. de **A economia política da social-democracia.** Revista USP, 1992.

POULANTZAS, N. **L'Etat, Le Pouvoir et Le Socialisme.** Presses Universitaires Françaises, 1978.

_____. **O Estado, O Poder, O Socialismo.** Rio de Janeiro, Graal, 1985.

SAWAYA, R. **Dependência e Subordinação: capital transnacional nas estruturas do Estado.** XXI ENEP – Sociedade Brasileira de Economia Política, 2016.

WOOD, E. M. **O Império do Capital.** São Paulo, Boitempo, 2014.